

# A família rural do Piraí, políticas públicas e patrimônio cultural<sup>1</sup>

## The rural family of Piraí: public policies and cultural heritage

## La familia rural de Piraí, políticas públicas y patrimonio cultural

---

Adhemar Tavares Vieira Filho<sup>2</sup>  
Patrícia de Oliveira Areas<sup>3</sup>

---

**Resumo:** A proposta deste artigo é demonstrar e analisar a relação existente entre o patrimônio cultural rural mantido e praticado pela família rural da região do Piraí, em Joinville (SC), e como as políticas públicas rurais e suas atividades podem impactar esse patrimônio cultural, tanto positiva como negativamente. Empregaram-se como metodologia a pesquisa bibliográfica e entrevistas semiestruturadas com técnicos e gestores da Fundação de Desenvolvimento Rural 25 de Julho do município de Joinville (responsável pelas referidas políticas à época das entrevistas) e com pessoas das famílias rurais da região do Piraí. Busca-se demonstrar que políticas públicas

---

<sup>1</sup> Artigo extraído da dissertação de Adhemar Tavares Vieira Filho, com o título: “Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho e patrimônio cultural rural: a agricultura familiar e as políticas públicas na comunidade do Piraí, Joinville (SC)”, defendida em 2016 (VIEIRA FILHO, 2016). Alguns trechos foram modificados e atualizados, e outros mantidos como estão na dissertação.

<sup>2</sup> Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Universidade da Região de Joinville (Univille).

<sup>3</sup> Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), professora na Univille, no Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade e nas coordenações dos cursos de Direito, Publicidade e Propaganda, Gastronomia.

bem empregadas podem ser ferramentas de sustentabilidade de preservação do patrimônio cultural.

**Palavras-chave:** Piraí; patrimônio cultural rural; agricultura familiar; políticas públicas.

**Abstract:** The purposes of this article are to demonstrate and analyze the relation between the rural cultural heritage kept and practiced by the rural family of the Piraí region, in Joinville (SC), and the positive and negative impacts of rural public policies. The methodologic procedure involved bibliographical research and semi-structured interviews with technicians and managers of the Rural Development Foundation July 25, in the city of Joinville (responsible for the rural public policies at the time of the interviews), and with representatives of rural families in the Piraí region. The goal is to demonstrate that public policies, when well used, can be tools of sustainability of preservation of the cultural heritage.

**Keywords:** Piraí; rural cultural heritage; rural family; public policy.

**Resumen:** La propuesta del presente artículo es demostrar y analizar la relación existente entre el patrimonio cultural rural mantenido y practicado por la familia rural de la región de Piraí, en Joinville (SC), y como las políticas públicas rurales y sus actividades pueden impactar ese patrimonio cultural tanto positiva como negativamente. Se utilizaran como metodología la investigación bibliográfica y entrevistas semiestructuradas con técnicos y gestores de la Fundação de Desenvolvimento Rural 25 de Julho, del municipio de Joinville (responsable por esas políticas en el momento de las entrevistas), y con personas de las familias rurales de Piraí. Se busca mostrar que políticas públicas bien empleadas pueden ser herramientas de sustentabilidad de preservación del patrimonio cultural.

**Palabras clave:** Piraí; patrimonio cultural rural; agricultura familiar; políticas públicas.

## INTRODUÇÃO

Piraí é uma região rural na zona oeste da cidade de Joinville (SC), na qual se encontram, além das atividades próprias da agricultura familiar, vários atrativos de ecoturismo e turismo rural<sup>4</sup>. Optou-se pela localidade do Piraí como objeto de pesquisa pelas características típicas da agropecuária em pequena escala que caracteriza o patrimônio cultural e natural da comunidade. A pesquisa abrange a área rural do lugar, que exerce principalmente a atividade milenar da agropecuária, sobrevivendo de troca comercial e produção para consumo próprio. Interessante observar que nas vias que cortam a localidade sobressaem as pastagens e plantações diversas como batata, cana-de-açúcar, milho, feijão, arroz, entre outras culturas. Nas pequenas propriedades, as casas destacam os formatos característicos daquela região rural, como arcabouços próprios do patrimônio familiar. A prática da pluriatividade é uma atividade ocupacional corriqueira, refletida nos fatores cultural, social e econômico. São mecanismos utilizados pelos núcleos familiares como fenômeno socioeconômico e maneira

<sup>4</sup> Essa região aparece em vários *sites* de turismo de Santa Catarina como uma opção de turismo rural, gastronômico, de aventura, ecoturismo e educação ambiental. Veja, por exemplo, como está descrita no *site* Guia Santa Catarina: “Distante dez quilômetros do centro de Joinville, o turismo rural da Estrada Piraí inclui, em meio à beleza natural de seus recantos, a comercialização de produtos feitos pelas pessoas da região. Entre as delícias caseiras, destacam-se: pães, bolachas, geleias, queijos, bolos e também o artesanato. No roteiro, parques aquáticos, rios e cachoeiras celebram a integração entre o homem e a natureza. Alguns empreendimentos trabalham o Turismo de Aventura, o Ecoturismo e a Educação Ambiental” (GUIA..., 2018).

alternativa para a reprodução das famílias, prevalecendo a fonte alternativa de renda como continuidade no espaço rural (NIEHUES, 2006).

O presente artigo procura demonstrar como as famílias da região do Piraí vivem e sobrevivem com suas práticas culturais e de que forma políticas públicas podem impactar na relação entre a família rural e o patrimônio cultural rural. O contexto para tanto é a região do Piraí, em Joinville, e a atuação da antiga Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho (FMDR25J) por meio de políticas públicas, a qual atualmente, a partir de janeiro de 2018, passa a ser exercida pela Gerência de Desenvolvimento Rural da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Joinville (Sama)<sup>5</sup>.

Para tanto, no decorrer do desenvolvimento da dissertação da qual se extraiu este artigo, foi realizada pesquisa bibliográfica para conhecimento e entendimento de alguns fenômenos envolvidos na relação entre a família rural, como questão social, produtividade, política pública, bem patrimonial material e imaterial, entre outros aspectos. Também se manteve contato com técnicos e funcionários da área administrativa da FMDR25J, que desempenham ações de extensão e execução de projetos para as famílias, buscando compreender a forma como é aplicada a política pública na ruralidade municipal. Da mesma maneira, pessoas de algumas famílias da localidade foram entrevistadas. Tratou-se do estudo da cultura rural na região, com a finalidade de compreender as práticas na agropecuária e as múltiplas atividades familiares, assim como a relação com as políticas públicas desenvolvidas pela FMDR25J. Para isso, mediante a observação, enfocaram-se três momentos básicos: estranhamento da cultura local, permitindo estimular essa atenção de percepção, com o intuito de tornar um problema aquilo que parece natural; adentrar na vida local, a fim de o estranhamento se tornar familiar àquilo que é experimentado, possibilitando o entendimento de como as pessoas da localidade sentem e veem o seu cotidiano; e reflexão sobre a cultura que se quer conhecer, descrevendo o que foi percebido na localidade (MAY, 2004).

## A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL 25 DE JULHO, A FAMÍLIA RURAL E A RELAÇÃO COM O PATRIMÔNIO SOCIOCULTURAL

É possível entender o patrimônio cultural rural como fenômeno, que tem suas raízes na tradição histórico-cultural, sendo o saber-fazer elemento agregador para a existência e continuidade da ruralidade, em uma rede social com vínculos no coletivo e no individual.

O recurso da prática não agropecuária era realizado, mesmo no passado longínquo, de maneira quase que invisível no seio do núcleo familiar, pois prevalecia a atividade voltada para a agropecuária na pequena propriedade familiar. No presente, as atividades além do plantio são práticas reconhecidas e aplicadas intensivamente. A ação familiar está vinculada a fatores como a herança sociocultural, as possibilidades materiais e imateriais para permitir elaborar atividades proativas e as condições de trocas comerciais, em consonância com o patrimônio familiar.

---

<sup>5</sup> A Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho (FMDR25J) foi criada em 1965 e é uma entidade jurídica de direito público vinculada à Prefeitura de Joinville, sendo responsável pelas políticas públicas destinadas ao meio rural da cidade. Em 2017, por meio da Lei n.º 8363, de 25 de janeiro de 2017, foi extinta, sendo substituída pela Secretaria de Desenvolvimento Rural. No ano de 2018, por meio da Lei complementar n.º 495, de 16 de janeiro de 2018, a Secretaria de Desenvolvimento Rural foi extinta, sendo incorporada à pasta de meio ambiente. A atual secretaria é a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente (Sama), passando as atividades originárias da FMDR25J para o exercício da Gerência de Desenvolvimento Rural da Sama.

Conceitualmente, Abramovay (1998) define a agropecuária familiar com base na gestão, propriedade e trabalho familiar, sendo o trabalho proveniente de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Já Wanderley (2001) vê a agropecuária familiar como algo que pelos meios de produção resulta em produtos para o comércio e o consumo, originados das atividades no espaço familiar rural.

Para Tedesco (1999), na agricultura familiar as atividades na propriedade e a continuidade do patrimônio sociocultural também estão relacionadas aos meios de produção, à atividade na terra ou à utilização de mão de obra familiar organizada em torno da família e para a família.

Esses conceitos citados pelos autores Abramovay (1998), Wanderley (2001) e Tedesco (1999), como desenvolvimento da atividade familiar, quanto às ações elaboradas na propriedade, influenciam os resultados sociais e econômicos. Assim, é possível concluir que a multiatividade ou pluriatividade com o uso da mão de obra familiar disponível na família incrementa a renda na agropecuária em pequena escala, auxiliando a manutenção do patrimônio.

Segundo Baumel e Basso (2011, p. 27), a pluriatividade estabelece-se como uma prática social decorrente da busca de formas alternativas para garantir a continuidade das famílias de agricultores. Ou seja, trata-se de um dos mecanismos de acréscimo ou mesmo de ampliação de fontes alternativas de renda. Com o alcance econômico, social e cultural da pluriatividade, as famílias que residem no espaço rural integram-se em outras atividades ocupacionais, além da agricultura.

Esse conjunto de elementos baseados na lógica sociocultural rural, bem como nos valores e na tradição do saber fazer, compõe o patrimônio social e cultural, com o respectivo apoio da FMDR25J, fundamentada nas políticas públicas.

A FMDR25J, por meio de processos e práticas aplicadas nas propriedades rurais, auxiliava as famílias de pequenos agropecuaristas a melhorar suas técnicas de cultivo, com o objetivo de aumentar a produtividade dos plantios e agregar mais renda. Tal auxílio no desenvolvimento das práticas agrícolas, assim como em várias outras atividades, incentiva a continuidade do patrimônio sociocultural das famílias na localidade do Pirai.

O saber fazer e a tradição são repassados de geração em geração, e por intermédio da extensão rural, bem como de cursos aplicados pela FMDR25J, pela Epagri e pelo Sindicato Rural ao homem do campo, há uma melhoria perceptível de produção aplicada aos resultados obtidos pelos produtores rurais, possibilitando aos agropecuaristas em pequena escala a continuidade de suas multiatividades na propriedade familiar. Alguns agropecuaristas conseguem conciliar os saberes tradicionais com os novos conhecimentos quanto a técnicas e práticas na propriedade familiar; outros têm dificuldades e não conseguem absorver os novos conhecimentos, prevalecendo o saber tradicional.

Na entrevista realizada com o agropecuarista Acácio Schroeder e sua esposa Salônia (SCHROEDER; SCHROEDER, 2015), por meio da explicação em forma de narrativa, é possível perceber o apoio da FMDR25J à família do homem no campo:

Adhemar Tavares Vieira Filho (A.T.V.F): [...] *No caso da Fundação, eles estiveram aqui visitando vocês?*

Acácio Schroeder (A.S.): *Quando eu preciso vou atrás, né? Aí eles vêm. Se precisar duas vezes por mês, com certeza, eles vêm, né?*

A.T.V.F: *A cada dois meses ou três eles vêm rotineiramente, é isso? Qual seria a atividade que eles mais fazem aqui?*

A.S.: *Assistência técnica, tanto para aves quanto peixe, né, a piscicultura também! E a orientação sobre plantio.*

A.T.V.F: *Certo. Até agora, com relação à questão de cursos, para teu filho, para tua filha, na Fundação. Eles chegaram a fazer algum curso? No caso, e você ou sua esposa?*

A.S.: *A esposa fez.*

Salônia Schroeder (S.S.): *Eu e o Jacson [filho] também. Como é que é o nome do curso mesmo?*

A.S.: *Qualidade de água.*

S.S.: *Mas eu fiz vários: derivados de leite, queijo, essas coisas aí, de pão... corte de aves, eu também fiz.*

A.S.: *Corte de aves. Aí aprendemos a fazer, no geral: linguiça, patê, filetagem normal. Aprendi até a desossar um frango sem cortar ele. Eu fiz também qualidade de água. O que era mais mesmo? Em 74 eu fiz sobre manutenção de tratores, lá na Fundação. Do açaí, fizemos aqui em casa. Até estou pensando em comprar aquela despolpa de açaí, a maquininha, para fazer a polpa aqui em casa.*

As interações e relações entre a FMDR25J e as famílias de pequenos agropecuaristas por meio da extensão rural, cursos ou treinamento possibilitam uma sensível melhora nas atividades elaboradas pelos grupos familiares nas propriedades agrícolas na localidade do Piraí. Um exemplo interessante da interação entre a FMDR25J e as famílias foram os seis núcleos centrados em escolas da região rural. São desenvolvidas diferentes atividades de especialização nesses núcleos, que vão desde conhecimento em apicultura até instrução quanto à cultura do arroz. Tais centros propiciam alternativa para difusão de práticas e processos que auxiliam as famílias tanto na questão da renda quanto no que se refere à consciência cidadã no ambiente rural. Esse tipo de iniciativa estimula a prática de atividade familiar no meio rural, trazendo mais qualidade de vida, mantendo as pessoas em sua comunidade e desenvolvendo a criatividade promissora para a sustentabilidade social.

No decorrer das entrevistas e visitas *in loco*, constatou-se por meio de observação que a extensão rural praticada por técnicos e agrônomos busca a interação com os pequenos agropecuaristas. As famílias estão estruturadas nas atividades baseadas no saber tradicional herdado de gerações passadas.

Isso não quer dizer que não haja conflitos e contradições, principalmente no tocante à aplicação de novos conhecimentos mediante ensinamento científico. Surgem as contradições em forma de resistência, por causa do enfoque na produtividade e rentabilidade, o qual muitas vezes é contraditório com as práticas culturais e não tem a mesma força identitária própria do patrimônio cultural (ABREU; CHAGAS, 2009). O distanciamento entre o saber tradicional e os novos conhecimentos é superado por alguns agropecuaristas em pequena escala, mas não em todos os casos. A resistência advinda dessa relação é superada inúmeras vezes por meio de mecanismos didáticos aplicados em cursos ou treinamentos ou por intermédio da extensão rural, utilizando por exemplo as propriedades-modelo como referência de resultados quanto a produtividade e rentabilidade. Contudo em inúmeras situações ocorre o distanciamento entre os especialistas em técnicas agrárias e os agropecuaristas, em virtude do enfoque socioeconômico das famílias rurais.

## CONTINUIDADE SOCIOCULTURAL DA FAMÍLIA RURAL

A característica da família rural na atividade agropecuária e na multiatividade e a relação com a manutenção do patrimônio cultural quanto ao fator social são importantes formadores da identidade rural. Essa identidade, característica importante na relação que mantém o aspecto simbólico com a possibilidade de desenvolver a atividade coletiva na propriedade familiar, conduz ao elemento agregador da comunidade (ABREU; CHAGAS, 2009). A continuidade sociocultural é a estratégia familiar executada para além do fator econômico. Um dos maiores motivadores em termos de ação do núcleo familiar é agregar valores culturais em termos de patrimônio territorial e atividade agropecuária em pequena escala. Esse fenômeno, entre outros, é desvendado pelo estudo e conhecimento sobre as

famílias rurais nessa localidade, assim como em relação às políticas públicas praticadas na localidade.

Para Carneiro (1999, p. 16), a família rural em pequenas propriedades desenvolve suas pluriatividades em um processo social que inclui práticas e relações:

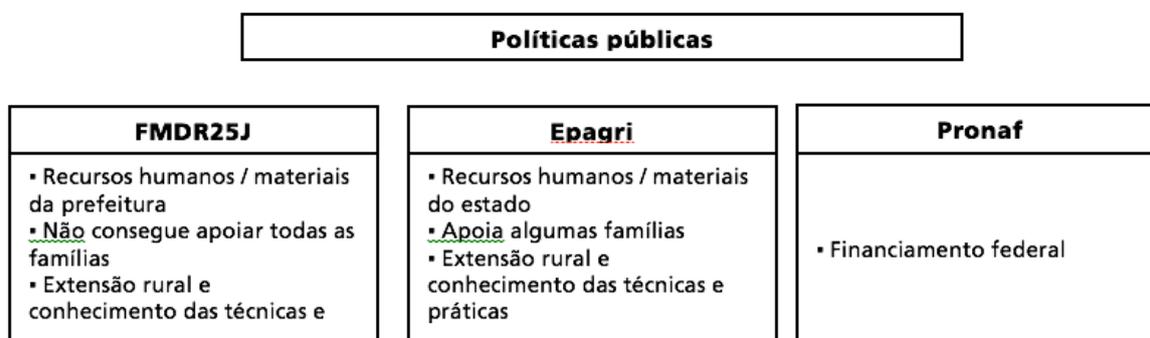
O pressuposto aqui é o de que o núcleo familiar dá sentido de orientação (e de referência) às relações sociais. Ao mesmo tempo em que cria e reproduz valores socializados e inculcados nos indivíduos, a família também supõe um processo de individuação que pode negar, romper, modificar e, até mesmo, recriar valores num espaço de negociação e de tensões. Nesse sentido, o núcleo familiar não pode ser concebido como uma estrutura rígida e cristalizada – de indivíduos e valores – mas sim como uma estrutura flexível, plástica, que pode incorporar novos valores e criar novas percepções e práticas.

Portanto, a aceitação da noção de família e a percepção da sua dinâmica evitam o risco de desconfigurar o seu entendimento como participante das relações sociais. O mesmo se dá com a flexibilidade e a vulnerabilidade social na comunidade em que estão inseridas.

Aspectos que envolvem o rural na múltipla atividade são conhecidos e descritos, principalmente as práticas afirmativas da família rural. Algumas entidades municipais citadas mantêm processos e projetos com o objetivo de agregar valor econômico, mediante políticas públicas. Este estudo desvenda alguns detalhes importantes dessas práticas, que produzem efeito positivo, mas também algumas dificuldades na manutenção do patrimônio familiar. O contato com agropecuaristas, por entrevista estruturada, teve o objetivo de entender as técnicas, as práticas e o envolvimento social inerente às ações individuais e coletivas.

Nas políticas públicas constam, entre os vários quesitos, cursos desenvolvidos por entidades públicas ou privadas que são oferecidos às pessoas dedicadas às atividades rurais (figura 1). Órgãos como a FMDR25J, a Epagri, o Sindicato Rural, entre outros, percebendo carências ou dificuldades dos agropecuaristas em pequena escala, propõem treinamento ou esclarecimento sobre temas que são do interesse das famílias. Os assuntos são diversificados; vão desde a instrução sobre a elaboração de produtos de panificação, por exemplo, até informações sobre tratamento de água para reaproveitamento ou descontaminação.

**Figura 1** – Diagrama que descreve algumas políticas públicas e algumas dificuldades dos órgãos municipal, estadual e federal



Fonte: Elaborado pelo autor com base na entrevista com o presidente da antiga FMDR25J, Valério Schiochet (2016)

Em entrevista com Carmem Jacobi (2015), a agropecuarista em pequena escala esclareceu aspectos quanto ao treinamento por meio de cursos que são ministrados aos membros da família:

Adhemar Tavares Vieira Filho (A.T.V.F): *Outro assunto que quero conversar é sobre a fundação. De vez em quando, eles vêm na propriedade dar assistência técnica, para conversar, para ver se está ok? Têm alguma sugestão ou dão uma força para vocês, ensinam técnicas para os seus filhos utilizarem aqui na lavoura?*

Carmem L. K. Jacobi (C. L. K. J.): *Eu ontem também fui lá buscar rótulo para o melado. Olha... As dúvidas que tinha foram esclarecidas. É uma ajuda que a gente tem 100%. Tem reunião, tem cursos que às vezes eles chamam e a gente vai. A Fundação é nosso braço direito.*

A. T. V. F.: *Uhum, e esses cursos são feitos por todos? As suas filhas também fazem?*

C. L. K. J.: *Eles não, eles fazem só o que é mais necessário para eles, porque o tempo da gente é muito curto, é muito serviço aqui na propriedade, né?*

A. T. V. F.: *A Epagri faz esse trabalho aqui?*

C. L. K. J.: *Isso, a Epagri, sim. A maioria dos cursos são pela Epagri. Junto com a Fundação 25 de Julho, com o Sindicato Rural de Pirabeiraba também.*

A. T. V. F.: *Esses cursos que vocês fizeram, aprenderam na lida a fazer o melado, ou até fazer bolacha, a fazer pão? Isso ajudou bastante vocês nas atividades que vocês têm na propriedade?*

C. L. K. J.: *Deu uma melhoria boa aqui.*

Como se vê na entrevista, a entidade municipal está em constante contato com as famílias na localidade. São administrados cursos intensivos, por exemplo sobre a elaboração de melado, de bolacha, com o apoio da Epagri e do Sindicato Rural. Além do apoio no que concerne aos produtos artesanais, os pequenos agropecuaristas são orientados sobre algumas culturas, como cana-de-açúcar, aipim, olericultura (feijão, alface, repolho, entre outros), piscicultura e outras atividades que agregam mais rentabilidade às famílias.

Todavia verificou-se, com base nas entrevistas e na observação *in loco*, que a entidade municipal, por conta da carência de recursos humanos, teve algumas dificuldades para continuar a assistência técnica para as famílias, o que dificulta em vários casos o desenvolvimento de novos processos implantados na propriedade. Isso pode gerar distanciamento quanto à aplicação de novos processos e/ou técnicas, pois conciliar o saber tradicional com novos conhecimentos requer abordagem mais frequente e relacionamento com os agropecuaristas de forma mais próxima, além de preparação dos técnicos direcionados a essa causa.

As entrevistas realizadas no Piraí com os pequenos agropecuaristas trataram das suas atividades individuais e familiares, das relações com a FMDR25J, com outras entidades e com vizinhos na comunidade, para compreender as políticas públicas direcionadas às famílias rurais inseridas na localidade e os detalhes dos processos e das técnicas utilizados na lida diária do campo. Além disso, discutiram sobre outros aspectos pertinentes na interação com essas entidades, como a vinculação com a ação dos órgãos públicos nas relações estabelecidas, por meio de atividades como extensão rural, entre outras.

A aproximação da pesquisa possibilitou o conhecimento e o entendimento de detalhes desconhecidos nas ligações entre os membros da FMDR25J e as famílias rurais. Detalhes aparentemente pouco relevantes têm significado nessa relação, como, por exemplo, formas de melhorar questões de práticas da saúde, higiene pessoal e familiar, processos do saber fazer, entre outros aspectos nas atividades cotidianas familiares.

A compreensão do ponto de vista do morador possibilita conhecer particularidades pouco perceptíveis na pequena propriedade rural. A múltipla atividade familiar na agropecuária em pequena escala, auxiliada pelas políticas públicas, pode sugerir uma alternativa sustentável à preservação do patrimônio sociocultural rural, bem como amenizar as dificuldades da fixação do homem na comunidade, clareando a realidade do cotidiano na localidade.

## A FAMÍLIA RURAL E OS JOVENS NO PIRAÍ

Um ponto importante para a manutenção do patrimônio cultural rural é sua perpetuação geracional, ou seja, que os filhos e filhas reproduzam as práticas culturais ensinadas por seus pais e mães, que por sua vez aprenderam com seus avôs e avós etc. Observa-se, entretanto, que a agropecuária familiar vem encontrando dificuldades em concretizar a sua alternância social, em razão da saída dos filhos do meio rural e da desistência da ocupação em tal área. Essa saída impõe uma nova dinâmica na questão sucessória: sem os filhos, os pais não terão sucessores e enfrentarão dificuldades quanto ao amparo na velhice e à consequente continuidade sociocultural da família rural. Conforme Abramovay e Camarano (1998, p. 23), na década de 1990 a saída da população do campo estava concentrada na faixa etária mais jovem (homens tinham de 20 a 24 anos, e mulheres, de 15 a 19), com maior proporção de moças.

Os fatores citados acentuam a desestabilização da dinâmica sucessória na pequena agropecuária, por causa da ausência de filhos nas propriedades e dos diferentes arranjos dos agropecuaristas no tocante à transmissão do patrimônio, refletindo as aflições e incertezas dos pais acerca do futuro da família rural.

Os estudos e as pesquisas referentes à continuidade social da agropecuária familiar vêm mostrando as dificuldades dos filhos em permanecer na atividade rural. Enquanto nas gerações anteriores ser filho de pequeno agropecuarista significava também ser um agropecuarista, hoje em dia tal situação não necessariamente pressupõe continuar mantendo a mesma ocupação e modo de vida dos pais, pois cada vez mais essa atividade aparece como uma escolha entre outras possibilidades (ABRAMOVAY; VEIGA, 1998, p. 21-22).

Na localidade do Piraí, em um passado recente, a continuidade da atividade do pequeno agropecuarista pelos filhos acontecia corriqueiramente, como é possível verificar na entrevista com Acácio Schroeder (SCHROEDER; SCHROEDER, 2015):

*É, a gente veio aqui em 59, 1959. Eu sou o terceiro proprietário dessa propriedade. Ela foi adquirida em 1886. Não. É, 86... Foi da época da Colônia Dona Francisca. Das divisões das áreas daqui [dessa propriedade]..., mas essa parte aqui já passou para mim em 59 [o pai transferiu parte da propriedade ao filho]. Eu tinha 5 anos e ele passou isso aqui para mim... Ficou com uma parte da terra também.*

Diferentemente das gerações passadas, que construíram suas experiências num espaço social mais restrito que o atual, as novas gerações estão participando da sociedade de modo mais ativo, resultando em um campo de relações sociais e culturais mais amplas, que possibilitam o repensar acerca de suas identidades e realizações pessoais. Dessa maneira, emerge a individualização da forma como os jovens pensam a questão sucessória no interior das propriedades. Assim, os interesses dos filhos podem não coincidir com os interesses do restante do grupo familiar.

Os membros da família atuam conforme o conhecimento organizado em torno de saberes e valores proeminentemente rurais ou não, capazes de assegurar a produção e reprodução mediante a permanência dos filhos no lugar dos pais ou a descontinuidade do patrimônio cultural familiar.

Portanto, políticas públicas direcionadas aos jovens do meio rural são estratégicas para garantir a continuidade do patrimônio cultural rural, mantendo o ciclo de repasse do conhecimento entre gerações da mesma família.

## A AGROPECUÁRIA FAMILIAR E A ATIVIDADE DAS MULHERES

A contribuição das mulheres na atividade familiar dá-se por intermédio do trabalho manual, da elaboração de produtos artesanais ou por meio do trabalho externo, como forma de participação na renda familiar. Essa agregação de valor está ganhando dinamismo em várias famílias, como alternativa de continuidade e reprodução no meio rural. Algumas mulheres encontram na diversificação de atividades formas de incremento da produtividade, por exemplo a pequena indústria de transformação da matéria-prima, e por meio de valores culturais tradicionais elaboram massas, doces, derivado do leite, pães, cucas, melado e outros produtos de origem colonial.

A participação da mulher agropecuarista em pequenas propriedades era considerada somente um auxílio na década de 1980. A atividade feminina no plantio, na agroindústria, no artesanato, no turismo rural, assumindo multiatividades, fez com que surgisse a política pública própria para as mulheres no campo.

A discussão propriamente dita quanto ao gênero na década de 1980 estimulou movimentos de participação da mulher na sociedade rural, na localidade do Piraí. Em entrevista da coordenadora da FMDR25J, Iria Viczwevski (2016), foi comentado esse processo de inserção da mulher que agrega saberes e valores à família rural:

*Porque estavam numa época desta forma... teve discussão na década, [...] década de 80 por ali. É, aqueles movimentos de participação da mulher, na sociedade. Está ativa em todas as... é... segmento da sociedade, ok?  
É, 80. Então em 86, por essa necessidade de estar a mulher participando das associações. Onde começou a organizar os grupos de mulheres.*

As mulheres também desenvolvem atividades fora da propriedade familiar, como comentado anteriormente, por intermédio do trabalho em outras propriedades ou em empresas da região. A agregação de recursos para a família incrementa novos processos na direção da multiatividade rural, surgindo novos valores e sentidos que impactam na cultural e relação social.

Ainda sobre a entrevista de Iria Viczwevski (2016), percebe-se a maneira de atuação feminina na localidade pesquisada:

*Na década de 80 começou... Daí foi sendo comentado o turismo rural... Aonde que a mulher podia estar participando ativamente, a agroindústria, o artesanato. E muitas de nossas mulheres hoje, que participavam da... dos grupos de mulheres, acabaram assumindo o turismo rural, acabaram assumindo a agroindústria, que as vezes elas não conseguiam participar desses grupos... agora elas estão tão envolvidas [...].*

Quanto às políticas públicas, no período comentado anteriormente o governo federal lançou o Pronaf Mulher e o Pronaf Jovem também. Para a mulher pequeno-agropecuarista conseguir a captação do financiamento por meio desse programa federal, a presença do técnico da FMDR25J é solicitada na propriedade familiar, e ele faz todos os levantamentos exigidos para o encaminhamento, analisa as demandas pretendidas e verifica o respectivo potencial do núcleo familiar na propriedade. Juntamente com o engenheiro agrônomo faz o projeto, e a agropecuarista apresenta-o ao Banco do Brasil, para captação do recurso solicitado.

Outra questão referente ao público feminino é a capacitação e treinamento em conjunto com a Epagri e a FMDR25J. Por meio de entidades que apoiam as comunidades rurais, como por exemplo o Consulado da Mulher (patrocinado por um grupo empresarial de Joinville), o Instituto Luterano de Santa Catarina (Ielusc), a Universidade da Região de Joinville (Univille),

entre outras, buscam-se profissionais especializados em diversos temas, que ministram capacitação e treinamento às mulheres da área rural (CONSULADO DA MULHER, 2016)<sup>6</sup>.

Uma entidade que está inserida nas diversas atividades familiares rurais é a Associação Joinvillense de Agroindústrias Artesanais Rurais (Ajaar), que elabora diversas atividades com os núcleos familiares, em parceria com entidades públicas e privadas, no que se refere a treinamento, feiras, comercialização, entre outras ações no campo (ASSOCIAÇÃO..., 2018)<sup>7</sup>.

Concernente à preservação do patrimônio cultural material e imaterial, trabalha-se a questão da memória no meio rural. Por exemplo, por meio do programa Sistema Municipal de Desenvolvimento pela Cultura (Simdec), da Prefeitura de Joinville<sup>8</sup>, foi desenvolvido um projeto pela FMDR25J para captação de recurso, com a finalidade de elaborar um livro de receitas com o título *Valorização da gastronomia no meio rural joinvillense*. O objetivo foi resgatar as receitas tradicionais na área rural, em conjunto com as histórias que estão envolvidas no processo (SCHIOCHET, 2016).

Todo esse conjunto de práticas visa justamente agregar valores e melhorar a rentabilidade familiar, por intermédio do incentivo ao público feminino, que é uma parcela bastante importante na continuidade do patrimônio cultural rural.

## O PATRIMÔNIO CULTURAL RURAL COMO FENÔMENO

A agropecuária familiar no Brasil é resultado de um processo iniciado a partir da colonização brasileira, na qual houve influências socioculturais, políticas e econômicas. Lamarche (1997, p. 184), em sua reflexão sobre essa atividade agrária, considerou um quadro mais amplo: “evidentemente a exploração familiar tem passado também por profundas transformações nestas últimas décadas, todavia foi bastante afetada pelo caráter conservador da modernização agrícola: discriminatório, parcial e incompleto”.

As famílias rurais brasileiras perceberam que somente a atividade do plantio de culturas impossibilitava alcançar rentabilidade capaz de atender à realização das necessidades pretendidas. Assim, a alternativa encontrada por alguns núcleos familiares foi a multiatividade.

Com o apoio de políticas públicas, por meio de aprendizado que lhes permitiu absorver processos e técnicas diferentes das que conheciam ou mesmo utilizar financiamento, principalmente pelo programa federal Pronaf, passaram a desenvolver novas atividades, ou a chamada multiatividade. Os processos e as práticas que foram incorporados pelos núcleos são criação de peixe, turismo rural, agroindústria, como a elaboração de pães,ucas, bolachas, melado, cachaça, mel, congelados de aves, suínos, aipim, entre outras multiatividades.

A multiatividade tornou-se uma atividade ocupacional corriqueira na maioria dos núcleos, tendo sido incorporada pelos membros das famílias. É refletida no fator social, cultural e econômico, e o fenômeno desenvolvido pelas famílias é uma maneira alternativa para a continuidade delas, impactando até mesmo no patrimônio material e imaterial rural.

Tais políticas tiveram caráter positivo não só para a qualidade de vida dessas famílias, mas também para a manutenção do patrimônio cultural rural mediante a perpetuação de suas práticas culturais. Entretanto destaca-se que houve aspectos negativos, provocados principalmente pela descrença das famílias rurais a algumas práticas de favorecimentos por

<sup>6</sup> Para mais detalhes sobre parceiros, histórico, resultados etc., veja o *site* do instituto: <http://consuladodamulher.org.br/consuladodamulher/>.

<sup>7</sup> Para mais detalhes sobre a Ajaar, veja o *site*: <http://ajaar.blogspot.com/>.

<sup>8</sup> Regulamentado pela Lei Municipal de Joinville n.º 5.372, de 16 de dezembro de 2005.

caráter político-partidário, questões muito burocráticas, despreparo de órgãos responsáveis quanto a características do público-alvo envolvido e requisitos necessários (NEVES, 2004).

O Pronaf não é por si só o recurso único que atende à demanda dos núcleos familiares no que se refere às políticas públicas. As ações governamentais em todas as instâncias formam um arcabouço de práticas e processos disponíveis ao homem do campo, e de maneira coletiva, sob o aspecto social e econômico, integradas à ação política, propiciam condições para a efetiva continuidade do patrimônio cultural rural.

## A AGROPECUÁRIA FAMILIAR E O PROCESSO SOCIOCULTURAL NO PIRAÍ

As famílias de pequenos agropecuaristas receberam a tradição e o saber fazer de seus ancestrais, com o apoio da FMDR25J na área rural do município, principalmente na localidade do Piraí, que é objeto desta pesquisa. Esse fenômeno processa-se mediante políticas públicas desenvolvidas por intermédio de extensão rural, possibilitando o treinamento aplicado na propriedade familiar, assim como por meio de cursos ministrados pela FMDR25J, em conjunto com a empresa de assistência rural estadual, a Epagri, e o Sindicato Rural por meio do programa do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar). A coordenadora da entidade municipal Iria S. Viczwevski (2016) comentou na entrevista sobre os cursos oferecidos às mulheres da área rural:

*Outra coisa que temos aqui e esqueci é o Senar. O Senar é o serviço de aprendizagem rural, sabe? Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Então, todos os cursos que acontecem na prática aqui, no ano passado, foram 19 cursos. Aonde que a mulher da área rural também é beneficiada com esses cursos. Só faz... só... perde o curso quem não tem interesse. Porque a oferta do curso, a fundação toma a iniciativa, sabe? Se a mulher não procura, não podemos fazer nada. [...] Então a fundação no ano passado fez 19 cursos em parceria com o Senar... e... acho que foi uns quatro com a Epagri também, né? A Epagri abrange mais a nível local, quando é nível regional as vagas da Epagri são limitadas. Incentivamos muito as pessoas a participar. Esses do Senar, que são em torno de duas horas, são turmas pequenas, entre 13 e o máximo de 16, que é a turma ideal para aprendizagem. Esse ano em janeiro nós já tivemos três cursos, só em janeiro. As mulheres da área rural sempre são informadas, sempre assim ó: “tem curso em tal área”.*

Na entrevista com a coordenadora da fundação, é possível perceber a atuação da entidade com as mulheres do campo quanto a treinamento, o trabalho em conjunto com o Senar e as dificuldades no que se refere a treinamento; a finalidade é repassar novos conhecimentos, conciliando com o saber tradicional. As políticas públicas, por meio de treinamentos e cursos, são desenvolvidas com a meta de disponibilizar novas formas de saber fazer que possam agregar condições de trabalho e renda para o público feminino rural. A coordenadora Iria comentou ainda sobre esse quesito:

*Então o Senar também tem uma política pública, que é a capacitação. E o Senar trabalha junto com o sindicato dos produtores rurais. [...] O Senar nos procura, daí avisamos o Senar: “ó, tem uma demanda”. Avisamos a menina lá do sindicato também, é... “tem uma demanda para tal curso”. A gente trabalha em cima de demandas, ok? É, primeiro a gente faz uma pré-seleção do que poderia estar trazendo para Joinville. Porque também não adianta trazer um curso de lã de ovelha, por exemplo, se Joinville não produz lã de ovelha, certo? Fazemos a pré-seleção, enviamos ao sindicato. E pedimos para mandar ao Senar. Daí, em cima disso, a gente começa a trabalhar a demanda... de clientela. Quando tem lá uns seis ou sete inscritos, pedimos o curso. [...] Então o Senar ajuda com o instrutor e com os ingredientes, ou com o material para o curso. E nós com o local e com a formatação da turma, e a mobilização, ok? Porque dá um trabalho enorme [...] (VICZWEVSKI, 2016).*

Em entrevista realizada com o coordenador da FMDR25J e especialista na cultura do arroz, Ricardo Plotow (2015), abordaram-se as várias formas com que a FMDR25J apoia o pequeno agropecuarista na localidade do Piraí, por meio de núcleos:

Adhemar Tavares Vieira Filho (A.T.V.F.): [...] *Como é que funcionam esses núcleos?*  
Ricardo Plotow (R.P.): *É assim: a fundação apoia tipo a Ajaar e a agroindústria. A fundação, ajudando e dando apoio para o agricultor em toda a questão, além de levar a vigilância sanitária, para ver se está tudo em ordem. Na fundação tem um funcionário que organiza a distribuição dos rótulos para eles, tem essa funcionária que entrou aqui recente. Ela dá assistência para começar a fazer uma determinada atividade. Ela vai e conversa com o agricultor, vê as instalações, dá orientação, faz o contato com o pessoal da vigilância sanitária, enfim, encaminha o necessário para funcionar. Por exemplo, a Sodaj, todas as questões que envolvam a prefeitura, financiamento e damos apoio. Outro exemplo: eles conseguem um auxílio de um deputado, temos que montar o projeto, prestar conta, damos todo esse apoio para eles. Se precisar de um ofício providenciamos, enfim, fazemos esse meio de campo.*

O conjunto de processos e práticas citados na entrevista anterior permite à família rural obter um maior conhecimento e como consequência a especialização no desenvolvimento das atividades na propriedade, possibilitando a melhoria na produção, pois alguns moradores do campo têm dificuldades em compreender e utilizar novas práticas e processos. Ainda, conforme o diálogo com Ricardo Plotow (2015), a fundação procura especializar os agropecuaristas no Piraí sobre criação de abelha e peixe, possibilitando incrementar nova atividade familiar com a finalidade de agregar rentabilidade na propriedade.

Adhemar Tavares Vieira Filho (A.T.V.F.): *Então esse núcleo atua em torno da assistência ao agricultor?*  
Ricardo Plotow (R.P.): *Sim! Tem o pessoal da Apeville (abelhas), a associação dos agricultores, assim temos aqui um técnico que trata só da agricultura. Trabalhamos com os agricultores, na associação dos agricultores, prestamos todo esse apoio e organização. Eles têm o curso e trazemos um pesquisador envolvendo toda essa questão de tecnologia. Tem a associação da piscicultura na fundação, onde atuam três técnicos especialistas em piscicultura. Eles dão assistência para a associação com reunião, palestra. A questão da piscicultura é quando os técnicos fazem o treinamento com o pessoal. Tem o pessoal da palmácea, que apoia a associação através de nosso técnico, que é especializado em palmito.*

Com esse incremento nas atividades rurais, pode ocorrer aumento na rentabilidade familiar, possibilitando estabilidade e segurança à família para desenvolver suas habilidades agropecuárias em pequena escala e permitindo a continuidade do patrimônio sociocultural.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A FMDR25J, com o apoio que presta às famílias rurais, tem participação indireta na relação com o patrimônio cultural na localidade do Piraí. Dessa forma, os núcleos familiares que utilizam as práticas e processos por meio do saber tradicional com o apoio da entidade pública, conciliando com novos conhecimentos, mantêm o patrimônio com as interações dos membros na elaboração da multiatividade praticada na pequena propriedade familiar. O jovem é elemento de agregação nas relações com os demais componentes, tais como mãe, pai e outros membros; sua participação é de fundamental importância na continuidade da propriedade familiar.

A presença da mulher no núcleo familiar representa principalmente um aspecto que agrega saberes, valores e práticas, os quais se somam à questão cultural e social no patrimônio familiar rural. Dessa forma, o patrimônio cultural e social naquela comunidade

está em consonância com a multiatividade familiar, bem como em relação à importância do papel das políticas públicas que se fazem presentes na comunidade rural.

A noção de atuação como indivíduos que se complementam no coletivo passa pela aceitação da noção de família e de sua dinâmica. Procura-se evitar o risco de desfragmentação na relação social, bem como a flexibilidade e vulnerabilidade social na comunidade.

Compreender a ação do homem do campo permite conhecer alguns aspectos importantes do patrimônio cultural familiar. A atividade múltipla, as políticas públicas, o patrimônio social e cultural são elementos agregadores, que estimulam e possibilitam a permanência do morador na comunidade rural.

Os membros que compõem o núcleo familiar estão participando da sociedade de modo mais dinâmico, permitindo pensar suas identidades e realizações pessoais. Assim, eles certamente influenciam a própria permanência no lugar dos pais, ou a desistência do patrimônio familiar.

A continuidade do patrimônio social e cultural está relacionada com os processos e as práticas do público feminino. Por meio de ações que envolvam direta e indiretamente as mulheres, como cursos, treinamentos, grupos de atividades femininas e sua inserção nas multiatividades da propriedade, possibilita-se o fortalecimento do núcleo familiar.

A política pública direcionada ao homem do campo envolve uma série de elementos, que têm como uma das principais funções a continuidade mediante o fortalecimento do núcleo familiar. Todavia não é o recurso único que atende às necessidades dos moradores da área rural.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios à extensão rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 15, n. 1, 1998. Disponível em: <<http://webnotes.sct.embrapa.br/pdf/cct/v15/cc15n106.pdf>>. Acesso em: 3 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

\_\_\_\_\_; CAMARANO, A. A. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 15, n. 2, 1998. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

\_\_\_\_\_; VEIGA, J. E. da. **Análise (diagnóstico) da inserção do Pronaf na política agrícola**. Convênio IIIIEA/Fipe, 1998. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2617/1/td\\_0641.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2617/1/td_0641.pdf)>. Acesso em: 1.º maio 2015.

ABREU, R.; CHAGAS, M. (Orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ASSOCIAÇÃO JOINVILLENSE DE AGROINDÚSTRIAS ARTESANAIS RURAIS - AJAAR. Disponível em: <<http://ajaar.blogspot.com/>>. Acesso em: 20 out. 2018.

BAUMEL, A.; BASSO, L. C. Agricultura familiar e a sustentabilidade da pequena propriedade rural. In: CAMARGO, G.; CAMARGO FILHO, M.; BOSSI, W. M. **A relação urbano-rural no planejamento municipal**. 2011. Disponível em: <<http://www.ibdu.org.br/imagens/ARELAcOURBANORURAL.pdf>>. Acesso em: 7 maio 2015.

CARNEIRO, M. J. **Agricultores, familiares e pluriatividade**: tipologias e políticas. Campinas: Unicamp, 1999. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/oito/carneiro8.htm>>. Acesso em: 23 jul. 2015.

CONSULADO DA MULHER. **Quem somos**. Disponível em: <<http://consuladodamulher.org.br/consuladodamulher/>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

GUIA SANTA CATARINA. **Joinville**. Disponível em: <<http://www.guiasantacatarina.com.br/joinville/atrativos.php3>>. Acesso em: 20 out. 2018.

JACOBI, C. L. K. **Carmem L. K. Jacobi**: entrevista [out. 2015]. Entrevistador: Adhemar Tavares Vieira Filho. Joinville, 2015. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille, em Joinville. Autorização do CEP: Processo CAAE: 47361515.7.0000.5366. Parecer: 1.193.975.

JOINVILLE. **Lei complementar n.º 495, de 16 de janeiro de 2018**. Modifica as estruturas administrativas e competências dos órgãos da administração direta e indireta do município de Joinville e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/sc/j/joinville/lei-complementar/2018/50/495/lei-complementar-n-495-2018-modifica-as-estruturas-administrativas-e-competencias-dos-orgaos-da-administracao-direta-e-indireta-do-municipio-de-joinville-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 20 out. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 5.372, de 16 de dezembro de 2005**. Institui o Sistema Municipal de Desenvolvimento pela Cultura (Simdec) e dá outras providências. Disponível em: <<https://fundacaocultural.joinville.sc.gov.br/conteudo/23-Lei+SIMDEC.html>>. Acesso em: 1.º nov. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 8.363, de 25 de janeiro de 2017**. Modifica as estruturas administrativas e competências dos órgãos da administração direta e entidades da administração indireta do município de Joinville, transfere gratificações e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sc/j/joinville/lei-ordinaria/2017/837/8363/lei-ordinaria-n-8363-2017-modifica-as-estruturas-administrativas-e-competencias-dos-orgaos-da-administracao-direta-e-entidades-da-administracao-indireta-do-municipio-de-joinville-transfere-gratificacoes-e-da-outras-providencias?q=%22funda%E7%E3o%20municipal%20de%20desenvolvimento%20rural%2025%20de%20julho%22>>. Acesso em: 20 out. 2018.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar**: comparação internacional. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1997.

MAY, T. **Pesquisa social**. 3. ed. São Paulo: Artmed, 2004.

NEVES, D. P. **Agricultura familiar**: quantos ancoradouros! UFRJ, 2004. Disponível em: <[http://www2.fct.unesp.br/nera/usorestritos/Agricultura\\_Familiar.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/usorestritos/Agricultura_Familiar.pdf)>. Acesso em: 19 out. 2016.

NIEHUES, V. D. **Joinville rural**: o lugar esquecido pela história e valorizado pelo turismo. Joinville, 2006. Disponível em: <[www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?idconteudo=11320](http://www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?idconteudo=11320)>. Acesso em: 21 mar. 2015.

PLOTOW, R. **Ricardo Plotow:** entrevista [out. 2015]. Entrevistador: Adhemar Tavares Vieira Filho. Joinville, 2015. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille, em Joinville. Autorização do CEP: Processo CAAE: 47361515.7.0000.5366. Parecer: 1.193.975.

SCHIOCHET, V. **Valério Schiochet:** entrevista [jan. 2016]. Entrevistador: Adhemar Tavares Vieira Filho. Joinville, 2016. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille, em Joinville. Autorização do CEP: Processo CAAE: 47361515.7.0000.5366. Parecer: 1.193.975.

SCHROEDER, A.; SCHROEDER, S. **Acácio Schroeder e Salônia Schroeder:** entrevista [ago. 2015]. Entrevistador: Adhemar Tavares Vieira Filho. Joinville, 2015. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille, em Joinville. Autorização do CEP: Processo CAAE: 47361515.7.0000.5366. Parecer: 1.193.975.

TEDESCO, J. C. **Terra, trabalho e família:** racionalidade produtiva e *ethos* camponês. Passo Fundo: Editora da UPF, 1999.

VICZWEVSKI, I. **Iria Viczwevski:** entrevista [jan. 2016]. Entrevistador: Adhemar Tavares Vieira Filho. Joinville, 2016. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille, em Joinville. Autorização do CEP: Processo CAAE: 47361515.7.0000.5366. Parecer: 1.193.975.

VIEIRA FILHO, A. T. **Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho e patrimônio cultural rural:** a agricultura familiar e as políticas públicas na comunidade do Piraí, Joinville (SC). 2016. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade)- Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2016. *E-book*. Disponível em: <[http://www.univille.edu.br/account/mpcs/VirtualDisk.html/downloadDirect/975331/Adhemar\\_Tavares\\_Vieira\\_Filho.pdf](http://www.univille.edu.br/account/mpcs/VirtualDisk.html/downloadDirect/975331/Adhemar_Tavares_Vieira_Filho.pdf)>. Acesso em: 19 out. 2018.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar:** realidade e perspectivas. Rio Grande do Sul: Editora da UPF, 2001.